



## **Um caso de disgrafia e sua relação com a ausência paterna: escrever é denunciar o desejo de ser aceito**

*Márcio Pereira<sup>1</sup>*

### **Introdução**

É conveniente situar o possível leitor no contexto do trabalho que se segue. Este resulta de um acompanhamento realizado no espaço da clínica psicoterapêutica, com crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem. Um caso nos chama atenção pelo fato de a criança apresentar uma letra ilegível e incompreensível, caracterizada como disgrafia. Essa criança, na escola, possuía diversas barreiras em seu percurso escolar, inclusive a dificuldade de grafar corretamente as palavras. Ela, no período de seu atendimento, tinha nove anos e cursava o 4<sup>o</sup> ano de escolaridade dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Continuando a conversa, é de bom tom caracterizar a “disgrafia” para que os leitores possam acompanhar a história a ser contada.

Obviamente, apenas algumas linhas conceituais, pois o texto não se refere a um tratado da disgrafia. A definição etimológica de disgrafia deriva dos conceitos “dis” (desvio) mais “grafia” (escrita), ou seja, é “uma perturbação de tipo funcional que afeta a qualidade da escrita do sujeito, no que se refere ao seu traçado ou à grafia” (TORRES; FERNÁNDEZ, 2001, p. 127). A escrita disgráfica pode ser observada através de manifestações nos traços imprecisos e incontrolados, falta de pressão, traços fortes, no tamanho e forma das letras, na escrita desorganizada, dores no punho, braço e dormência ao realizar a escrita.

As causas da disgrafia são diversas e complexas, pois são muitos os fatores que podem levar a uma escrita alterada. Torres e Fernández (2001) agrupam em três tipos as causas da disgrafia: maturativas, carateriais e pedagógicas. As primeiras estão relacionadas às dificuldades na lateralidade, motricidade e equilíbrio. Essas crianças apresentam dificuldades do ponto de vista motor. Geralmente, a idade motora não corresponde à idade cronológica, ou seja, a criança possui um desenvolvimento motor inferior a sua faixa etária, como, também, uma escrita irregular ao nível da pressão, velocidade e traçado, bem como perturbações de organização perceptivo-motora, estruturação/orientação espacial e interiorização do esquema corporal. As causas carateriais, por seu lado, estão associadas a fatores de personalidade, que podem, conseqüentemente, determinar o aspecto do grafismo – estável/instável, lento/rápido –, e também a fatores psicoafetivos, pois o sujeito reflete, na escrita, o seu estado e tensão emocional. As últimas – causas pedagógicas – podem estar relacionadas, por exemplo, a uma instrução/ensino rígido e inflexível, com uma mudança inadequada de letra de imprensa para letra manuscrita e/ou uma ênfase excessiva na qualidade ou rapidez da escrita.

No caso em questão, sobre o qual o texto discorrerá, a disgrafia apresentada pela criança tem um fundo psicoafetivo e serve como norte para interpretações e novos olhares a respeito do quesito da disgrafia.

Depois desses recortes que configuram a disgrafia, outro aspecto relevante que auxiliará o leitor a compreender o caso refere-se ao conceito de ausência e presença paterna. A preocupação, neste momento, releva-se na complexidade e densidade do assunto, principalmente porque a análise do caso tem como base a Psicanálise Freudiana, e reduzir um conhecimento já posto, profundo e consistente teoricamente a poucas linhas é um exercício que nos arrebatava e nos coloca frente às nossas próprias dificuldades.

A expressão “ausência paterna”, a que nos referimos neste trabalho, procura ser muito mais geral que a expressão “sem pai”. O sentido dado à expressão “ausência paterna” abarca tanto a ausência psicológica quanto a ausência física do pai, correspondendo à ausência em espírito e ausência emotiva. Inclui, igualmente, aquele pai que, apesar da presença, não se comporta de maneira a demonstrar seu amor ao filho, de modo que esteja alheio à relação pai/filho. Pensa-se, também, naqueles pais autoritários que esmagam e abafam as capacidades e a iniciativa criadora ou de afirmação dos filhos. Pensa-se, finalmente, naqueles pais permissivos que permitem que seus filhos fiquem à vontade diante dos seus desejos e que não sabem construir a organização do tempo e do espaço da criança, através dos limites, trazendo inabilidade emotiva aos filhos, contribuindo, assim, com o surgimento de um quadro de insegurança.

Lynn e Nasch (1969 apud PIKUNAS, 1979, p. 69), nos seus estudos sobre a privação dos pais, sugerem que a presença do pai, aquele que participa psicológica, física e democraticamente da vida do filho, ou daquele que representa o pai, é muito importante, principalmente

na segunda infância, quando a identificação com o pai é um dos principais fatores no sucesso da tipificação sexual dos filhos.

Pikunas (1979) relata-nos, em seus estudos, que um pai participativo e ativo acrescenta muito à orientação da criança para a realidade. Ele ensina aos filhos a tratar a vida realisticamente.

Com tratamento injusto e cruel o pai força os filhos à hostilidade e até mesmo à delinquência, ao passo que uma figura paternal passiva muitas vezes é revelada em histórias de casos homossexuais e esquizofrênicos. Um pai inadequado muitas vezes vê os filhos como intrusos ou concorrentes ao amor e atenção da mãe. Um pai adequado contribui muito para a disciplina, o que oferece aos filhos a experiência necessária para que internalizem o balanceamento entre expressar e controlar as necessidades, emoções e desejos (PIKUNAS, 1979, p. 70).

Corneau (1993) ressalta que a falta de atenção do pai traz, como consequência, a impossibilidade de o filho identificar-se com o pai, para que aquele estabeleça a própria identidade. É preciso que o filho se sinta suficientemente seguro com a presença do pai, a fim de que possa passar ao estágio adulto saudavelmente. Um pai violento ou fraco pode causar repugnância ao filho a ponto de levá-lo a recusar a identificação em relação ao gênero: “ele se empenha não somente em desprezar o pai, mas em não se assemelhar-se a ele de maneira alguma” (CORNEAU, 1993, p. 24).

Rego (1996) aponta que as consequências da relação dos filhos com os pais são bastante significativas: as crianças que possuem um pai autoritário e uma educação repressora tendem a manifestar, entre outros aspectos, obediência e organização, mas também maior timidez, apreensão, dificuldades na autonomia e na autoestima. Os filhos são orientados de modo a receberem gratificações ou evitarem

castigos. Os filhos de pais permissivos, apesar de mais alegres e dispostos que aqueles que recebem uma educação autoritária, devido às poucas exigências e controle de seus pais, tendem a apresentar um comportamento impulsivo e imaturo, assim como dificuldades em assumir responsabilidades. Já os que recebem uma educação democrática e possuem um pai presente, além de apresentar significativo controle, autoestima, capacidade de iniciativa, autonomia e facilidade nos relacionamentos, parecem ser capazes de assumir determinadas posturas por seus valores intrínsecos e não pelo temor às sanções externas.

Na perspectiva freudiana, o pai é o primeiro outro que a criança encontra fora do ventre de sua mãe. Sua figura é bastante distante da mãe, ocupa outros lugares que não o da maternagem, dando forma a tudo que não seja a mãe. É o terceiro elemento que se integra na relação mãe-filho, ou seja, na história amorosa da mãe com o filho. Ele introduz um fator de separação entre a mãe e a criança. A presença do pai, nesse momento, provoca a diferenciação das identificações entre a mãe e o filho, quando este reivindica sua mulher, colocando um fim no amor simbiótico da díade mãe-filho. A criança irá sentir que a mãe não é o seu objeto de amor e cobiça, e o pai encarna um princípio de realidade e de ordem familiar.

Na verdade, não é exatamente a demonstração do desejo do pai pela mãe que é a chave do mistério, e sim o desejo do casal de se encontrar, independentemente da criança. Nem que seja somente para permitir a manifestação desse desejo, a presença do pai é importante e precisa de ali estar para se fazer lei. Ocorrem diversos matizes dessa interferência do pai na relação mãe-filho, umas de forma agressiva e outras, passiva, o que ocasiona múltiplas dificuldades aos filhos, inclusive incertezas e/ou medo. O que deveria ocorrer seria algo bastante diferente. O pai não precisaria brigar pela mãe ou tomar

uma atitude passiva, como se fosse um comportamento imitativo ao “dengo” ou ao “charme”, mas deveria deixar que o próprio desejo amoroso do casal se encarregasse da separação do amor existente entre a mãe e o filho, rompendo a fascinação exclusiva que a criança tem em relação à mãe. É importante lembrar que a vivência dessa fascinação da criança pela mãe deve ser vivida por algum tempo, a fim de assegurar um início de vida saudável.

Salienta-se, nesse momento, a importância do desejo do casal de se encontrar. Caso contrário, estar-se-á culpabilizando uma das partes pelas dificuldades do filho. O que assegura o movimento psíquico de uma forma saudável é justamente a busca de um parceiro pelo outro, a real necessidade de um completar o outro. Caso o desejo, ou seja, o objeto de satisfação, não se encontre em um dos parceiros, ou as energias sexuais estejam “deslocadas” para outra direção, as relações de domínio ou de desamparo acontecerão na relação matrimonial e não efetivarão o movimento de separação do amor da mulher em relação ao filho, provocando grandes conflitos psíquicos.

O pai ajuda o filho a construir uma estrutura interna. Mais especificamente, sua presença vai permitir que a criança, particularmente o menino, tenha acesso à agressividade (afirmação de si e capacidade de defender-se), à sexualidade, ao sentido de exploração, assim como ao *logos*, compreendido como aptidão para a abstração e a objetividade (CORNEAU, 1993, p. 27).

O pai tem uma função muito importante para o filho: a de facilitar a passagem do mundo da família para a sociedade. Não se fala aqui de uma alegoria, mas de um fato real. A presença do pai na vida do filho é fator necessário para que o filho tenha a coragem de afirmar o seu próprio ser. Por isso, a presença favorece ao filho projetar-se,

exceder-se ao mundo sob todos os aspectos do ser homem, buscando o mais humano, e dizendo-se pela concretude da linguagem. Essa linguagem “é a confluência do sonho e da realidade, das núpcias da pulsão e do *logos*, que no transporte da paixão, engendra o verbo” (PELLEGRINO, 1987, p. 321).

Essa linguagem irá levá-lo a agir na sociedade, a produzir seguramente, mesmo reconhecendo que a sociedade é um processo em transformação constante. Corneau (1993) afirma que, de fato, em geral, as crianças que foram “paternizadas” sentem-se seguras em seus estudos, na escolha de uma profissão ou na tomada de iniciativas pessoais.

Ter sido amado de modo sincero, quando se expressam seus sentimentos de “maneira equilibrada”, pelo pai significa que este se mostrou atento e realmente se interessou pelo filho, pelos seus projetos, tendo o cuidado de colocar limites e criar uma atmosfera segura, para que o filho aja no mundo e desenvolva de forma “harmoniosa” o cognitivo, o psíquico, o emocional e o social.

Assumindo suas próprias imperfeições e dificuldades, o pai poderá contribuir com as questões de continuidade da formação da criança, mostrando que a incerteza faz parte da vida e que é necessário investir e ter coragem de avançar no desconhecido. O que garante uma boa vida é a possibilidade de ver um horizonte repleto de aventuras que nos levam à sabedoria. O pai é enlace entre o certo e o incerto.

A inadequação da paternagem, como a ausência prolongada do pai, não importa por quais motivos; falta de resposta do pai à necessidade de afeto e dedicação ao filho; ameaças de abandono por parte do pai, utilizadas com o objetivo de punir ou disciplinar a criança; indução de culpa no filho; inculcar responsabilidade em demasia à criança,

obrigando-a a crescer rapidamente; bater regular e fisicamente no filho; fazer dele bode expiatório da patologia familiar e tantas outras formas de tratamento agressivo e autoritários provocam

[...] no filho, falta de confiança em si mesmo, timidez excessiva e dificuldade de adaptação. Com frequência sua maturidade será prejudicada, ele permanecerá dependente demais, sofrerá de angústia, depressão, obsessões, compulsões e fobias; terá, ainda, tendência a reprimir fortemente sua raiva. Seu ardente desejo de amor poderá manifestar-se de modo aberrante, por exemplo, por meio de tentativas de suicídio, fugas, falsas doenças, palavras culpabilizantes e manipulações de todo tipo (CORNEAU, 1993, p. 29).

Billher (apud CORNEAU, 1993), que realizou vários estudos sobre a relação pai/filho, observou o seguinte:

Os meninos que sofreram ausência do pai ao longo de seus dois primeiros anos de vida mostraram-se em desvantagem, no que diz respeito a várias dimensões do desenvolvimento de sua personalidade, em relação aos meninos privados de seus pais em idade mais avançada. Por exemplo, os meninos a quem o pai faltou quando eles tinham menos de dois anos revelaram-se menos confiantes e menos engenhosos: seu sentimento de inferioridade era maior do que o dos meninos a quem faltara entre as idades de três a cinco anos (BILLHER apud CORNEAU, 1993, p. 31).

Os estudos realizados demonstraram que a relação calorosa e afetuosa entre um pai e um filho irá reforçar o desenvolvimento da identidade deste, como também irá incentivá-lo a explorar o mundo confiantemente. Os estudos, também, abordam a qualidade da relação pai/filho como sendo tão importante quanto a presença do pai. Segundo a mesma pesquisa, por mais que um pai demonstre suas qualidades



de independência e competência no trabalho, o filho arrisca-se a permanecer passivo e não se afirma se, ao chegar em casa, o pai limita-se a deitar no sofá para ver televisão, sem participar do funcionamento da família.

A ausência do pai produz, na criança, um complexo paterno negativo, tendo como consequência uma baixa autoestima e uma dificuldade de se encontrar como pessoa.

Seus ideias são confusas, ele sente dificuldades quando precisa de fixar um objetivo, fazer escolhas, reconhecer o que é bom para si e identificar suas próprias necessidades. Tudo se mistura nele: o amor com a razão, os apetites sexuais com as simples necessidades de afeto. Ele sofre, algumas vezes, dificuldades de concentração, sente-se atraído por todo tipo de detalhes periféricos e sem importância e, pior ainda, tem dificuldades em organizar suas percepções. Fundamentalmente, ele nunca se sente seguro de coisa alguma (CORNEAU, 1993, p. 43).

Então, depois dessas observações em relação ao pai ausente e presente, os leitores estão prontos para desfrutar do caso a ser contado. Na verdade, durante o texto, serão descortinadas complementações sobre a temática acima, mas serão acrescentadas discussões sobre o saber, o significado da escrita como função de concretizar a presença do sujeito e a relação do pai com o que a criança apresentava, ou seja, a disgrafia.

Para que a compreensão da presença/ausência do pai se certifique, é prudente afirmar que essa discussão não se encontra no campo físico, mas no campo simbólico. E que a presença/ausência do pai não se configura na pessoa do pai biológico, mas naquele que ocupa o lugar de inscrever a criança na ordem simbólica, no além do natural.

## Saber e abandono

O homem é um indivíduo reprimido pelo proibido e pelo impossível, que procura adaptar-se a seus relacionamentos extremamente imperfeitos. Constrói-se pelas perdas e pelo abandono. Mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor sofrimento, compreende que a perda é, sem dúvida, uma condição permanente da vida humana. Lamentar é o processo de adaptação às perdas da nossa vida.

“Então, pergunta Freud em Lamento da Melancolia, em que consiste a lamentação pelo que perdemos? Ele responde que se trata de um processo interior difícil e lento, extremamente doloroso, em que o homem desiste passo a passo” (VISORT, 1995, p. 243). Ele está se referindo à lamentação pela morte das pessoas que amamos. Mas pode-se lamentar, do mesmo modo, o fim de um casamento, o fim de uma amizade especial, a perda do que fomos ou do que um dia esperamos ser. Pois, como se percebe, há um fim para muitas das coisas que amamos. Mas pode haver também um fim para a lamentação.

Como o sujeito lamenta e como (ou se) a lamentação vai terminar dependem do modo como ele sente a perda, depende da sua idade e da idade de quem se perde, depende do quanto estava preparado para isso, depende de como o sujeito que parte sucumbiu à mortalidade, depende das forças interiores de cada um e do apoio externo e, sem dúvida, depende da história individual de amor e de perda que cada um constrói.

Uma perda na infância pode dificultar futuros encontros com a separação e a perda.

— Mesmo sabendo que depois dessa perda a fase aguda da dor vai passar, sabemos também que ficaremos para sempre

inconsoláveis e nunca encontraremos uma substituta. Não importa o que venha preencher o vazio, mesmo que seja preenchido completamente, sempre será algo diferente (VISORT, 1995, p. 263).

No curso da vida, abandona-se muito o que se ama e também se é abandonado. Perder é o preço que se paga para viver. É, também, a fonte de grande parte do crescimento e dos ganhos de quem vive. Ao trilhar o caminho do nascimento até a morte, passa-se também pela dor de renunciar, renunciar a uma parte do que se ama.

Só se pode compreender a história de cada um reconhecendo que ela é feita de realidades externas e internas. Pois o que se chama de experiência individual inclui não só o que acontece no mundo externo, mas também a interpretação dos fatos ocorridos. Um abraço não é só um abraço – pode ser uma doce intimidade, pode ser uma intrusão ofensiva ou apenas uma fantasia de nossa mente. Cada um tem a resposta interior para os fatos externos da vida.

Os problemas que, por ventura, o sujeito enfrentará serão consequências de como ele vivencia e interpreta as perdas que se tem. E uma das perdas, mais contundente e necessária, é a perda do amor da mãe, ocorrido no complexo de Édipo devido à castração. A castração implica na perda da abastança do amor da mãe. O menino desiste de sua paixão incestuosa e aceita a interdição do pai, que proíbe o incesto.

A lamentação emerge pelo fato de não conseguir preencher o lugar vazio que a perda provoca. Por isso, o homem tem que se lançar ao mundo. Lança-se ao mundo para procurar aquilo que lhe falta. Na verdade, é o momento em que o homem é levado a fazer o pacto com o social, porque a procura terá que ser realizada no âmbito da

sociedade. Esse instante leva o sujeito ao lugar da indeterminação, da liberdade, da possibilidade da linguagem e de todas as formas de expressão: gestual, falada e escrita.

O próprio nascimento humano já é uma perda. O homem é expulso da bastança uterina, da proteção e da harmonia, da completude. À medida que é lançado para fora por uma força superior a ele, o mundo tal como está já não lhe basta. O mundo da ordem natural, pois o homem é antagônico ao animal, que, ao nascer, traz consigo uma trama de instintos capaz de costurá-lo ao meio que o rodeia.

O animal não vive a experiência de aguda insuficiência biológico-ontológico na qual o nascimento precipita o ser humano. O animal tem ganchos de abordagem aptos a costurá-lo à realidade. Tendo vindo de casa – do útero – ele continua em casa, já que o Cosmo é sua casa. Ele marcha para o real e se conecta a ele, sem precisar simbolizá-lo. Ao animal, não lhe falta nada. A leitura que faz do mundo corresponde, sincreticamente, à estrutura de suas necessidades. O mundo é a concha que o envolve e na qual ele se perde, extático. O animal faz, desde o nascimento, uma experiência de pertinência cósmica que o torna parte do real, íntimo do coração da matéria filho dileto – inocente de Deus (PELLEGRINO, 1987, p. 317).

O ser humano já é, por definição, impertinente. Ele já é jogado ao mundo sem as defesas animais. A sua constituição não garante a sua sobrevivência. Nascer para o homem é crisar-lhe no corpo a angústia e a falta. É ser filho sem chão. O mundo tal como é não lhe serve de moradia.

Ele se vê marcado, no centro de sua experiência biológico-existencial, por um impasse que se constitui pelo esbarro formidável do corpo nascido com uma muralha impenetrável,

incognoscível, nadificante, da qual nada salta, de início, nenhuma resposta que corresponda de maneira plena a uma demanda instintiva pré-formada, capaz, portanto, de significar o mundo, tornando-o decifrável (PELLEGRINO, 1987, p. 317).

O homem não tem o instinto para o guiar, que dá respostas imediatas ao mundo, que faz uma leitura diretiva e aprisionada nos cordões genéticos da natureza. “O instinto está despregado da cruz da liberdade” (PELLEGRINO, 1987, p. 317). O homem é partejado e dá um salto para além do natural, um salto para a cultura, para a liberdade.

E uma das condições que garantirá a sobrevivência do homem na Terra é justamente o cuidado. O homem necessita de cuidados para se desenvolver. “Winnicott já disse, certa vez, que não existe um homem isoladamente” (GORAYEB, 1985, p. 4). Só se pode pensar nele incluindo a presença de um outro ao seu lado, que o atenda em suas necessidades. A dependência que o ser humano tem do outro passa a ser, então, uma questão interpessoal. Dessa forma, podemos dizer que

Para o desenvolvimento mental, os adultos e as relações que estes conseguem estabelecer com os próprios filhos são elementos constitucionais deste desenvolvimento, da mesma maneira que dizemos, ao nível biológico, que é constitucional nascer com dois olhos, 48 cromossomos em cada célula, ou cinco dedos em cada mão (GORAYEB, 1985, p. 5).

O fato de o homem estar em um mundo que não lhe pertence naturalmente, ontologicamente, significa afirmar que o querer viver não advém inicialmente só do cuidado maternal ou do seu desejo, mas, principalmente, do querer saber. Saber por se sentir abandonado em um lugar que não é seu. Essa é uma das figuras do saber: o abandono.

Os animais não se sabem, não se constroem, pois são o que são. O homem precisa criar, na sua mente, um lugar que o assegura, pois é preciso ter um lugar ao qual pertença. Por isso, belamente construído pela sua imaginação, existe um Pai que o protege e que aguarda o filho em sua morada, pois tem a liberdade que o leva ao fugaz mundo da linguagem e que permite a ele viajar no tempo e no espaço, algo que, para os animais, não existe, pois são presentificados. As figuras para esse Pai são determinadas pela vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, pela certeza do que se chama Religião. A necessidade de algo supremo, que está acima de si, faz com que ele queira ir além das condições materiais e perceptíveis aos olhos carnavais. O homem precisa de mais, muito mais para se entender. E o que mais o angustia é a liberdade de possuir o caráter de finitude em relação ao outro e de infinitude em relação ao Pai.

O homem precisa de respostas. Querer aprender e saber é buscar respostas para aquilo que o aflige: ele próprio. Por isso, o saber se caracteriza como relacional. A relação torna-se uma condição *sine qua non* para o saber. A própria maneira da mente humana funcionar em geral, o raciocínio referencial ou relativo, justifica que não há um conhecimento que seja absoluto ou verdadeiro, e que sempre se conhecem as coisas da experiência atual a partir da referência a uma experiência anterior. Isso mostra que o saber é dialético, pois conserva algo que lhe garante buscar a novidade e, assim, transformar a realidade.

Duas figuras nesse quadro tornam-se imprescindíveis para a relação de aprendizagem, a saber: mãe e pai. Eles serão os primeiros a estar com o ser em crescimento. Decorrente disso, pode-se dizer que, na situação inicial do desenvolvimento, a questão do meio ambiente resume-se praticamente à situação de relacionamento entre mãe, pai e filho.

As primeiras relações de aprendizagem dão-se ainda quando a criança não se sabe como humano. Na sua imaturidade humana, ela é entregue aos cuidados de quem se habilita a amar e a ensinar. Os primeiros passos da vida, do jogo do aprender, dão-se na presença dessas duas figuras: a mãe – ou a sua representante – e o pai – ou o seu representante. É muito importante dizer que não são aqueles aspectos mais formais e visíveis da relação que adquirem importância para aquele que floresce na vida humana, mas sim aquilo que se passa na intimidade da relação e que se traduz em vivências afetivas significativas. O mais importante para quem inicia, para toda a vida, não é o suporte material do cuidado, mas os registros qualitativos traduzidos em vivências afetivas, que poderão ser extraídos da relação.

O homem, para ir além do que se vê, pois em princípio vê o que o identifica: o corpo, a sua aparência, e ela por si só não determina a hombridade, precisa ser lançado com segurança à relação inicial amorosa estabelecida com os pais no período infantil. Para que a criança cresça, é imprescindível que saia do colo aconchegante dos pais e vá buscar outros amores, que provavelmente darão pistas, ou irão confundí-la, na sua busca do entendimento sobre si. Essa busca fundamenta-se a responder três perguntas: por que estou aqui no mundo?; para onde irei após a morte?; e a quem tenho de justificar minha existência?

Ao procurar responder essas perguntas, não há garantia de obter respostas, inclusive pode o homem enveredar pelos caminhos da patologia. Muitos se sentem confusos e acabam fazendo escolhas que dificultam a sua peregrinação. Muitas vezes, observa-se que certas atitudes, que poderiam ser consideradas sintomas de desorganização mental, às vezes, constituem uma tentativa, por parte do sujeito, de alcançar um equilíbrio e manter a tendência de integração.

O preço que se paga por esse sentimento de abandono é a busca eterna de respostas. Respostas que nunca satisfarão a falta, apenas podem denunciá-la. Por isso, o saber é muito mais do que conhecimento, porque ele está engendrado pela falta e consegue apenas responder ou, talvez, elucidar frações do não sabido.

A falta só pode ser representada através de alguma coisa que a representa. Não posso representar uma falta por outra falta. Um orifício, só posso representá-lo pelas paredes que o circunscrevem ou por um objeto que, entrando nelas, o denuncia – e o representa. Um dedo que penetre no cano vai denunciar o vazio do cano, torna-se significante desse vazio. O dedo, entretanto, pode vir a significar imaginariamente não o vazio do cano, mas o contrário deste, isto é, sua plenitude (PELLEGRINO, 1987, p. 312).

Saber seria dívida para com o Pai, é preciso saber para achá-lo. O saber, nessa condição, é movimento, devir, entrelaçamento e abertura, amplitude e evolução.

Adoecer também é uma maneira de se saber. A doença faz parte da teia do conhecimento e da aprendizagem. Ela procura responder aquilo que não se consegue tornar consciência, que a emergência à consciência seria dolorosa por demais. Quem disse que conhecer promove alegria? Na maioria das vezes, o conhecimento traz angústia e dor, por fazer reconhecer que se precisa esperar o tempo do outro e que a cada um cabe o seu modo de agir no mundo. A doença, por assim dizer, é um caminho para a busca do equilíbrio mental. A doença é um sintoma que procura conciliar o prazer e a proibição.

Sabemos, desde Freud, que o sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu recalcada, isto é, fora da consciência. Resumidamente temos que uma



situação de perigo, ligada a alguma satisfação pulsional proibida, ocasiona o aparecimento da angústia, e as defesas são acionadas. Perante o conflito entre a satisfação pretendida e o que interdita esta satisfação, surge o sintoma, que busca uma conciliação. Dessa forma se satisfaz um pouco a pulsão e um pouco a defesa. O sintoma é, pois, um substituto deslocado, inibido e não reconhecível de uma satisfação, por estranho que isso possa parecer (MEIRA, 1996, p. 39-40).

## **Rabiscos, desarranjos e o querer ser amado**

Um menino de nove anos que se demonstra desorientado parecia buscar algo que não tinha fim. O seu olhar vagava à procura de alguma coisa. Todos os cantos recebiam sua atenção, queria descobrir ou achar algo. Sua história não é diferente de tantas outras, porém cada um constrói o seu percurso.

Gorayeb (1985) diz que duas ou mais crianças que apresentam o mesmo tipo de diagnóstico não terão a mesma organização em torno do problema. Ele exemplifica com duas crianças que tiveram como diagnóstico prejuízo de ordem neurobiológica. Aborda que uma delas, ao possuir condições de vida satisfatórias, poderá aproveitar todo o seu potencial, mesmo diminuído, e, também, integrar suas dificuldades aos outros elementos constitutivos do seu ser, promovendo uma harmonia existencial, apesar da sua deficiência. Por outro lado, pode-se pensar que, para a outra criança, à medida que suas habilidades e competências vão se manifestando, fatores internos e externos começam a reagir às suas dificuldades específicas, de forma a impossibilitar a sua integração com o meio. Exigências externas e expectativas fazem com que a apreciação vivencial que ela possa ter de suas limitações seja bastante distorcida e ameaçadora.

No caso ao qual nos atemos, as condições externas e suas interpretações prejudicaram o seu desenvolvimento escolar e a sua aprendizagem. Não havia interesse em aprender, outras preocupações ocupavam sua mente. A criança encontrava-se voltada a outras paisagens, a outros pensamentos, estava ocupada por uma ideia que só dizia “eu preciso conhecer aquele que me abandonou. Preciso do seu nome, preciso ser reconhecido, caso contrário não existo, não sei quem sou”.

Um menino inquieto, que não parava por nada e que era teimoso e desobediente. Sua atenção era mínima, sua concentração aos estudos não existia. Parecia que não havia tempo a perder, tinha que procurar, procurar.

Sua avó, pessoa que o acompanhou, conta sua história. Sua avó, pessoa que o acompanhou, conta sua história. Desde pequeno, o menino mora com ela, pois a filha ficou grávida ainda muito jovem e, devido à inexperiência, os cuidados ficaram por conta daquela. O namorado da filha não chegou “a saber” que teria uma criança, porque foi embora para outro estado. A adolescente não teve coragem de contar a ele que estava grávida, para não o prejudicar. Com o tempo, ela conheceu outra pessoa, e decidiram morar juntos. A condição foi que não levasse a criança. Mudou-se da sua cidade de origem e teve um filho com o novo companheiro. A primeira criança veio a saber de toda a história e quis conhecer o pai e, no momento, a avó fez um movimento para que isso não acontecesse, por medo de perdê-lo.

A criança precisa desse amor, de certificar a veracidade de sua vida. Foi abandonada pelo pai por covardia da mãe e foi deixada de lado por outro “pai”, também por covardia da mãe. É difícil ser deixado uma vez, que dirá ter o mesmo sentimento pela segunda vez. A perda para uma criança, dependendo da maneira como ela for estabelecida,

pode trazer inúmeras consequências desagradáveis. Ela precisava ser tocada pelo pai. Montagu (1988) diz que tocar fornece a verificação e a confirmação da realidade. É difícil viver sem afagos de quem nos cria.

Ser tocado por aquele que faz parte da sua criação é extremamente significativo. O filho precisa certificar quem é o pai, sentir sua proteção, seu acolhimento ou até mesmo a sua raiva e/ou desprezo, para que tenha uma justificativa que sustente o seu viver. Uma justificativa que seja de amor ou de ódio, mas que movimente a vida.

Retomando o caso em questão, seu sintoma evidenciava sua pressa, a sua procura. Ele tinha um problema na escrita. Apresentava um quadro de disgrafia. Sua letra era ilegível, rabiscos e desarranjos, portanto, não era entendível. A pressa com que escrevia denunciava o seu atraso, queria acabar rápido, pois ali não podia ficar. Na terapia, falava o tempo todo do pai, queria conhecê-lo, vê-lo, viver com ele.

O que poderia representar esse desarranjo estrutural na escrita? A escrita é uma das possibilidades do saber, uma das condições para a liberdade do homem. Nela, pode-se deixar registrado a sua vida, seus pensamentos, sua história, sua angústia, sua felicidade, enfim, a sua busca. A escrita inscreve o homem na sua inquietude, na ânsia causada pelo abandono. É uma das facetas do dizer sobre a falta. Ela é uma possibilidade de denúncia do que nos falta, ela registra o desejo. Permite o registro do pensamento, a concretude, a corporificação da palavra. Assim, não podia ele escrever, porque sua história estava partida. Ela não havia sido escrita simbolicamente na teia de sua imaginação. Ele procurava partes da sua história para preencher as lacunas que lhe faltavam. Era preciso olhar. Ver é uma forma perfeita de tocar a distância.

Como escrever, no seu caso, se não existia quietude em relação à palavra e ao amor do pai? Saber de um pai que existe, mas que nunca se pronunciou. O pai veio a saber? Sim. A própria mãe contou, porém aquele não chegou a conhecer o filho. A criança sabe disso.

## **A escrita, o pai e o espaço desvendado**

Do ponto de vista da aprendizagem, a escrita adquire uma cor que não é apenas a da cópia e de junção de letras. Ela extrapola a aglutinação de sílabas ou de palavras e se converte no verbo que enuncia a intenção do sujeito. As letras em junções constituem-se em sílabas, das sílabas formam-se palavras, destas formam-se frases, das frases, o parágrafo, e do parágrafo, o texto que denuncia a falta.

A experiência do escrever deve ser entendida sob a ordem do desejo, para o qual inexistente a dicotomia sujeito-objeto. Desse modo, o objeto só existe para um sujeito que o deseja, que pode vir a ser algo que denuncia a falta e lhe dá contorno, ou seja, toda a consciência está sublinhada por esse contorno, que, de certa forma, desenha a falta e a intenciona. Assim sendo, o que há na relação sujeito-escrita-obra é uma experiência que se anuncia como uma realização do desejo expressa pelo sujeito por meio de palavras. Pelo mesmo modo, as palavras perderiam o sentido ou mesmo o encanto se não fossem movidas pelo impacto momento-encontro com a falta. Diante do que se escreve, o sujeito se coloca nu e pobre de palavras, pois, ao desenhá-las, há a decifração do sujeito. O sujeito é uma criação do que se escreve tanto quanto este daquele.

O sentimento de segurança é a condição imposta no momento da experiência com a escrita. A experiência obriga-o a se libertar de suas limitações, a desprender-se de si mesmo, despojar-se para além de

si. A insegurança amorosa elicia uma relação convulsiva de temor e abafamento com o objeto amado. Ela descalça a inter-relação, fazendo com que o sujeito se agarre à relação de maneira inquietante e sufocante. Seria como se quisesse agarrar desesperadamente um galho de árvore no instante em que a queda é uma realidade.

No caso em questão, a criança sentia-se insegura para penetrar num mundo onde as coisas não obedecem à ordem do lugar objetivo, num mundo onde se fala de si, e, ali, encontra-se: o mundo do inconsciente. É no encontro com o inconsciente que se inicia o deflagrar dos enigmas que acontece no sujeito.

No inconsciente, existe o aberto, a iluminação. O inconsciente não é um lugar sombrio onde mora o terrível a nosso respeito. Lá está o que se encontra além do existente, o que não está na ordem do existir objetivo: é mais do que o existente e é, ao mesmo tempo, mais existente do que o existente. É o que sentimos verdadeiramente. A revelação dá-se quando se consegue penetrar nesse lugar onde a verdade é posta a nu, ou seja, ela é o que se apresenta a ser.

Escrever é um ato de criação. Não é apenas um mecanismo de repetição e memorização de alguns códigos que se arranjam em linhas. É preciso que haja, nesse arranjo, sentidos, uma estruturação e organização do pensamento nas quais as palavras se coloquem a serviço do desejo e que, nas entrelinhas, identifiquem-no. Ao escrever, penetra-se.

Mesmo um simples recado como “volto mais tarde” expressa muito mais do que só um tempo, mas uma variável de intenções e/ou de desejos. Toda e qualquer escrita, independentemente do que seja, um recado, uma receita, um texto dramático, informativo e outros

gêneros textuais, expressa mais do que o existente nas palavras ali expostas.

As palavras expressam, ganham vida, assim que são registradas em um papel. Através delas, o sujeito diz ou tenta dizer a sua verdade. Entregar-se ao ato da escrita é procurar confirmar o existir. A fala é uma das condições desse existir, mas as palavras fogem pelo tempo porque não há nada que as registre, que as faça se repetirem quantas vezes for necessário. Ao escrever, podemos voltar no tempo e no espaço, e isso auxilia a mente a recuperar as lembranças e os sentimentos de um acontecido.

Que tempo havia para a referida criança? Que lembranças havia? Os seus amores abandonaram-no. A sua escrita correspondia a um lugar que não houve. Esse lugar estava vazio. O lugar do pai. A avó não conseguia supri-lo, por mais que a criança a reconhecesse. Ela não representava a possibilidade, ela era o real, a concretude.

As produções que o sujeito realiza estão relacionadas ao amor sentido em suas relações iniciais. O menino abandonado pela mãe, que foi morar com outro homem, também abandonado pelo pai, sente-se amorosamente desprotegido. A produção pela escrita mostra a insegurança das formas de ver o mundo, pois o desenho das letras delineado com formas indefinidas e sem uma grafia inteligível significa que a passagem pelo momento da castração foi realizada insatisfatoriamente. Insatisfatoriamente no sentido de o filho ter feito a renúncia ao amor da mãe e escolhido o seu membro sexual, ou seja, o representante fálico.

Sua escrita não revelava sentidos, não tinha formas legíveis e não era identificável. A sua história não estava pontuada. Assim, quando a criança se lançava nesse lugar onde a verdade se pronuncia, ela se

mostrava sem formas, pois desarranjos existiam. Não havia nada que circunscrevesse a falta para que ela se denunciasse.

A experiência do escrever deve ser compreendida como uma revelação, não só do sujeito que escreve e do “destino” que a ele confere no mundo, mas, sobretudo, como um dos modos do aparecer da verdade. Não se pode perder de vista dois aspectos fundamentais da escrita, que não só a caracterizam como tal, mas definitivamente a diferenciam de outras experiências. O primeiro aspecto refere-se à linguagem, através da qual se confirma o acesso ao inconsciente e, sobretudo, garante-se a experiência do deixar-se denunciar. Nisso consiste a experiência da verdade como liberdade. A linguagem abre um espaço para deixar a liberdade dizer sobre a verdade.

Mesmo que o que se escreva possa parecer algo que termina, essa maneira de expressar a linguagem em seu bojo expressa o ininterupto, o interminável e, ao mesmo tempo, sempre será novo. Isso porque a escrita nos dá margem para pensar além do que verdadeiramente ela possa expressar, porque a costura das palavras faz soar entre cada ponto significados infinitos. Muitos pensam que as sentenças irão apenas dizer o óbvio e vão pensar que apenas a escrita literária possui a expressão do infinito, da viagem a outros espaços. Enganam-se, pois toda escrita introduz-nos ao não dito, ao mistério de nossas vidas. Ela sempre será profunda, pois revela a nossa intenção. A linguagem traduzida pela forma escrita assume o papel de sempre estar falando da verdade do ser, como algo que não começa ou termina, mas que permanece sempre por dizer.

Outro aspecto é autenticidade. Mesmo que, em princípio, possa parecer uma mentira, a escrita traduz-se como verdade, porque a mentira não deixa de demonstrar um momento de autenticidade daquele que não consegue se enxergar. A mentira é autêntica ao falso mundo que

organizamos para nos defender. Ela é uma realidade e uma verdade para aquele que escreve ou fala.

A escrita, como rabiscos e desarranjos, enfatiza a solidão do pai. Ele é uma figura importante para que a criança busque formas de construir sua história no mundo. Os momentos de afago nos quais o corpo do pai se enrola no do filho, nos momentos do brincar, quando um toca o outro, e, livremente, sorrisos e toques misturam-se à satisfação, tudo isso é de extrema importância para que o filho se sinta seguro por aquele que o criou. São formas de organizar o tempo e o espaço da criança, de reconhecer os seus limites pelo prazer. Seria como se o pai desse um lugar ao sol para o filho. Realmente, seu toque é diferente do da mãe, pois o pai, ao tocar, revela força, e a pressão que sua mão exerce sobre a pele é mais forte e segura. O filho precisa sentir tal afirmativa afetuosa e identificar-se com ela. Pular, abraçar, rolar, mandar para cima, brincar de luta, correr atrás um do outro, gritar, rir, pegar são formas de carinho diferentes feitas pelo homem. São carinhos diferenciados dos da mãe. O frio na barriga que os filhos têm quando os pais os mandam para cima, quando vão pegá-los brincando de pega-pega é tão importante que demonstra a colocação do filho frente às suas alegrias e, principalmente, frente ao inesperado.

No caso aqui analisado, a escrita como rabisco era o que o filho possuía. A herança de uma história sem registros paternos. Não havia história com o pai e não havia nenhuma história sobre o pai, porque a avó, ou mesmo a mãe, pouco sabiam. Nem no imaginário da criança ele tinha formas.

A escrita, não importando qual seja o seu conteúdo, fala, afirma, diz e, acima de tudo, revela a nossa condição humana. É uma revelação de nossa condição original, qualquer que seja o sentido imediato e concreto das palavras do texto. E qual é a nossa condição original? É



precisamente o fato de o homem ter nascido, ter sido jogado, lançado no mundo, que ele precisa dar-lhe sentido. Dar um sentido para o mundo e para nossa existência depende de nós mesmos, da nossa possibilidade de ser, porque o homem é possibilidade. É possibilidade porque existe a falta e se está à procura do que a preenche.

Se a escrita nos revela e revela também o mundo no qual o homem se encontra lançado, então, necessariamente, ela afirma a falta. Na sua gênese e na sua realização, a escrita aponta sempre para o que falta no mundo e em nós. Ela empreende dizer que as coisas como são, falantes, ou deveriam ser, completas.

O menino, ao escrever, falava de sua falta e para além dela. Fazia uma viagem nas suas origens, como um retorno a um lugar que precisava preencher. A escrita parte de um real que pretende dizer, mas falha sempre ao dizê-lo e, ao dizê-lo, diz outra coisa, desvela um mundo mais real do que aquele que pretende dizer.

Dizia da sua inquietude em não se saber, em estar sendo construído num vazio. Pode-se considerar como uma patologia o quadro da criança ou poderia ser considerado como algo que preserva a vida e busca ajuda. Escrever de uma maneira que não corresponda aos padrões exigidos pelo social leva o sujeito a diferenciar-se dos demais. Leva-o a receber adjetivos estigmatizantes que o prejudicam nas suas relações sociais.

Muitas vezes, o sintoma pode vir como uma tentativa de conciliação de conflito. Desde as primeiras formulações freudianas, encontra-se a ideia de que os sintomas neuróticos

| [...] são uma formação de compromisso entre as partes em  
| conflito da vida mental. O sintoma seria aí uma tentativa de

contemporizar necessidades contraditórias e aparentemente irreconciliáveis da vida afetiva e, por isso, gozaria de uma certa estabilidade na organização geral da vida mental. Por essa razão são difíceis de se eliminar (GORAYEB, 1985, p. 54).

Podem, também, funcionar como busca do equilíbrio. Muitas vezes, o aparecimento de um sintoma indica um movimento no sentido de preservação da saúde mental da criança. Há situações da vida em que é comum o sujeito pensar por experiências bastante sofridas e desagradáveis.

Certas atitudes de rigidez e incompreensão dos próprios pais fazem com que a criança sinta necessidade de se utilizar recursos incomuns para evitar colapso da organização psicológica. Muitos momentos de agressividade, atitudes de retraimento ou outros procedimentos do gênero são tentativas neste sentido e podem ser mal interpretados como indícios de problemas graves (CORAYEB, 1985, p. 54).

O sintoma da criança em questão era uma tentativa de resolver conflitos e que solicitava auxílio no que diz respeito ao encontro com o pai. Ela falava, na terapia, em pedir ajuda a outras pessoas para juntar dinheiro e ir para onde o pai morava. Estava obcecado em conhecê-lo. As dificuldades da identificação com o pai podem trazer problemas para a criança, de ordem mental e relacional.

A perda do vínculo exclusivo com a mãe e a necessidade de um terceiro (que é a figura do pai, não importa ser real ou substituto) determina uma nova primazia de necessidades na vida do menino. Mas não é suficiente a presença do pai; é necessário também que ele encontre uma forma de comunicação adequada às necessidades de paternidade do pequeno que, se bem que parecidas com as da paternidade, têm

matizes diferentes. Um pai que pode banhar o filho, alimentá-lo, brincar com ele, sair com ele, é importante. O é mais ainda o papel que desempenha se reforça a sua união com a mãe e oferece ao filho o casal como fonte de identificação genital e como primeira imagem social, de comunidade, que tem o indivíduo (ABERASTURY; SALAS, 1985, p. 80).

Quando Freud reportou ao complexo de Édipo para fundamentar a constituição das estruturas psíquicas, também postulou que os ensinamentos dos pais funcionam como uma “consciência moral” e denominou-a de Superego. O Superego aparece muito precocemente como o herdeiro da figura dos pais. Em seus primeiros estudos, Freud (1924) verifica que o superego repetia a severidade do pai. Em outros estudos, pôde comprovar que a falta da norma, a fraqueza do pai, sua ausência real ou psicológica, traziam, como resultado, uma severidade doentia no superego.

Hoje sabemos que a falta de limites, características da conduta do pai *laissez-faire*, não gera uma imagem boa do pai, mas pelo contrário, uma imagem de abandono e solidão que traz como consequência uma exigência interna paralisante e atormentadora. É como se o menino continuasse procurando dentro de si os limites que o pai não soube lhe colocar desde o exterior (ABERASTURY; SALAS, 1985, p. 86).

A organização da criança em torno do seu sentimento de abandono e solidão faz com que ela busque um caminho que a leva à decifração da sua condição de ser. Um ser rasgado pelo pai, e o sintoma reproduz-se naquilo que o ser humano constitui como humano, que é uma das formas de expressão da linguagem. O pai referencia a linguagem e coloca o filho no caminho da conquista da aprendizagem e do saber.

O menino procurava, procurava. O seu olhar estava em direção ao pai, que não conhecia. Precisa encontrar o olhar daquele que o criou. Olhar para o fundo dos seus olhos e encontrar a aceitação e o amor.

Os sintomas movem-se e buscam alternativas para conciliar o prazer e a proibição. Assim, a escrita como uma forma de impossibilidade de registrar a sua história não é suficiente para tal conciliação. Precisava morrer, pois como existir se não tiver uma história para contar?

Infelizmente, um quadro mais grave se instalou. A criança teve câncer nos olhos, especificamente no olho direito. Não falou mais do pai. O quadro tornou-se extremamente delicado e a criança buscou a morte e o não querer mais ver. Não há aquele que brinca e diz “eu te amo” ou mesmo que chame a sua atenção. A pulsão de morte estava evidente e buscava conciliar a sua dor. Sua dor é intensa, há uma regressão em sua atitude. É mais fácil aceitar que o que nos impele a viver é a própria morte.

Adoeceu o seu olhar por não existir nada a encontrar, procurou fora e dentro de si e, por mais que recebesse ajuda, não houve um substituto ao amor do pai. O filho que não possui pai está fadado à morte, a não contar sua história, a não registrar o seu percurso e não se escreve no mundo. Uma história que está no vento, onde as palavras faladas desaparecem e se diluem como vapor no tempo. Agora, o que escrever? Que contorno tem sua falta?

Seu espaço está por desvendar sua história incompleta. Não pôde haver uma tradução por escrito do que o invade. A dor é tamanha que o corpo não correspondia aos ditames sociais. Quando estamos em um estado de dor profunda, a materialidade e o mental desorganizam-se nas suas estruturas mais finas e singelas.

A criança está morrendo pela paixão em conhecer o pai. Não houve amor. Uma criança de nove anos diz “não me sinto amado”. Para amar, é preciso que haja a troca simbólica. É quando o outro fala comigo, é quando dois universos simbólicos tocam-se, interpenetram-se, frutificam, potencializam-se. Não houve falas e nem olhares. A criança adoeceu por ver apenas escuridão. Para que escrever?

### **Então, o que pensar?**

Este é um contexto que a análise nos leva à relação da ausência paterna com um caso de disgrafia. Certamente, este não implica na certeza dessa relação, mas na interpretação de uma situação em que a conexão entre ausência paterna e disgrafia se anunciava de maneira evidente.

O que se pretendeu apontar é o cuidado que devemos ter com todos nós quando apresentamos uma dificuldade com a vida, para a vida e na vida. O humano está à mercê de diversas circunstâncias e o resultado de uma boa vida está no modo como se lida com elas. O que o texto anuncia é que precisamos estar uns com os outros e, quando não nos permitimos a estar, o sofrimento invade a nossa existência e nos tira do movimento do viver. Elimina-nos das possibilidades de abrir os olhos diariamente, apesar de que os fecharemos em um momento. Mas o mais importante é que não podemos ser vencidos pelas circunstâncias, precisamos continuar nos desvendando e, ao morrer, morrer com dignidade por ter tido uma luta consciente, sabedores de que nos conhecemos ao máximo.

Contudo, não se pode entender como covardes aqueles que não conseguem a proeza de se explorar sem medo. Somos, em parte,

todos medrosos, e é isso que nos une nesse inusitado caminho de nos reconhecemos como humanos.

O que se espera, através do caso e as discussões feitas no decorrer do texto, é que o leitor reflita além do óbvio. Que suscite um olhar ao outro com respeito e dignidade pelas condições de cada um. Que leve ao leitor um pouco de sensibilidade a respeito das dificuldades que temos em nos conhecer e a entender que o saber de si, do outro, do mundo, é uma tarefa que nos exige mais do que podemos imaginar. Que possamos ser mais solidários e que tenhamos amor a todos nós.

## Referências

- ABERASTURY, Arminda; SALAS, Eduardo J. **A paternidade: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- CORNEAU, Guy. **Pai ausente filho carente**. O que aconteceu com os homens? 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FREUD, Sigmund. **Ansiedade, dor e luto**. Edições standard brasileira de obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XX, 1926, p. 194.
- FREUD, Sigmund. **A dissolução do complexo de Édipo**. Edições standard brasileira de obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX, 1924, p. 215-224.
- FREUD, Sigmund. **Sobre as teorias sexuais das crianças**. Edições standard brasileira de obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. IX, 1908, p. 211-228.
- FREUD, Sigmund. **O esclarecimento sexual das crianças**. Edições standard brasileira de obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. IX, 1907, p. 135-138.
- FREUD, Sigmund. **A sexualidade infantil**. In: FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a sexualidade*. Edições standard brasileira de obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. VII, 1905, p. 162-194.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Edições standard brasileira de obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. V, 1901, p. 469.
- GORAYEB, Raul. **Psicopatologia Infantil**. São Paulo: EPU, 1985.
- MEIRA, Yolanda Mourão. **As estruturas clínicas e as crianças**. Belo Horizonte: A. S. Passos, 1996.
- MONTAGU, Ashley. **Tocar: o significado humano da pele**. São Paulo: Summus, 1988.
- PELLEGRINO, Hélio. **Édipo e a paixão**. In: CARDOSO, Sérgio *et al.* *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 307-327.
- PELLEGRINO, Hélio. **Pacto edípico e pacto social**. In: PTY, Luiz Alberto *et al.* *Grupo sobre Grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, s. d., p. 195-205.
- PIKUNAS, Justin. **Desenvolvimento humano**. São Paulo. McGraw-Hill, 1979.
- REGO, Maria Cristina R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana**. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996, p. 83-101.
- TORRES, R.; FERNÁNDEZ, P. **Dislexia, disortografia e disgrafia**. São Paulo: Amadora; McGrawHill, 2001.
- VISORT, Judith. **Perdas necessárias**. São Paulo: Melhoramentos. 1995.

## Nota de fim

- 1 Pedagogo pela Faculdade de Educação Regional Serrana (FUMPAC/ES). Psicólogo pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Mestre em Educação pela UNISAL/SP. Professor do curso de Pedagogia da UEMG Unidade Cláudio e do curso de Psicologia da UEMG Unidade Divinópolis. E-mail: marcio.marcio@uemg.br.